

Abertura

10 SET 1985

ao capital estrangeiro

GAZETA MERCANTIL

GAZETA MERCANTIL

por Getulio Bittencourt
de São Paulo

A dívida externa brasileira é privada. Essa idéia original começa a circular em torno dos assessores mais próximos ao presidente José Sarney, no Palácio do Planalto, sem que o presidente da República se tenha comprometido com ela nem com seus desdobramentos implícitos.

Argumentos jurídicos e políticos sustentam a tese. As empresas estatais brasileiras são obrigadas, por lei, a operar como empresas privadas. Nelas o Estado pode ser eventualmente o acionista majoritário, mas essa é uma circunstância que pode ser alterada por uma combinação de vontade política e capacidade do mercado privado. No momento não há uma nem outra. O que importa, porém, é a base jurídica da afirmação.

Nesse contexto, a única participação do governo brasileiro na questão da dívida externa seria a da centralização do câmbio. Desde 1930 o governo detém o monopólio do câmbio no País. De um ponto de vista técnico, jurídico, bastaria o governo abrir mão da centralização do câmbio

para colocar a renegociação da dívida externa em termos inteiramente novos. E uma alternativa conservadora, como se vê a seguir.

Seguindo o raciocínio, a dívida externa está sendo paga em cruzeiros pelos devedores no Banco Central. A dificuldade está na conversão desses cruzeiros em dólares. Terminando a centralização do câmbio, estaria aberto o espaço para que os credores estrangeiros aplicassem dólares no Brasil. A abertura de dois setores estratégicos, como o sistema financeiro e a informática, ao capital estrangeiro, possibilitaria uma negociação política da dívida externa.

"Não é necessário o monopólio", argumenta um assessor do presidente, "pois o interesse nacional pode ser mais bem protegido de outras formas. Por exemplo, através de uma boa lei anti-trust". Por que grassa essa hipótese? Porque semelhante abertura ao capital estrangeiro transformaria o Brasil num risco zero. O fluxo dos dólares seria invertido. Eles entrariam em vez de sair.

(Continua na página 6)

Dívida Externa
331
Reportagem 0027

GOVERNO

Abertura ao capital...

por Getulio Bittencourt
de São Paulo
(Continuação da 1ª página)

O governo Juscelino Kubitschek (1955-1960) produziu uma abertura semelhante ao capital estrangeiro. Implantou nessa esteira a indústria automobilística no Brasil. Em volta do presidente Sarney entende-se que o mesmo deve ser feito agora em relação ao sistema financeiro e à informática, só que com mais cuidado. "A IBM não tenta monopolizar o mercado nos Estados Unidos porque a legislação impede", observa um influente defensor da hipótese.

Mesmo quem defende essa posição dentro do governo Sarney reconhece que a esquerda radical tende a interpretar o raciocínio como "entreguista". Mas defende-se da provável crítica argumentando que "não estaríamos entregando, estaríamos tomando". A óptica dessa alternativa é a de que a abertura para o capital estrangeiro seria a única maneira de evitar que as próximas duas gerações de brasileiros, pelo menos, sejam sacrificadas para pagar a dívida externa nas condições atuais.

E curioso que essa idéia tende a atrair, unificadas, duas oposições polarizadas. A da esquerda em geral, com seu nacionalismo tático. E a da ala mais conservadora do Exército, a da comunidade de informações, que mergulhou no setor de informática e chega a ser xenófoba.

Quem a defende lembra que sem a abertura ao capital estrangeiro, que liberaria uma acomodação política para o pagamento da dívida externa em prazos a perder de vista, o Brasil estaria condenado a não ter moeda. O cruzeiro não é mais propriamente uma moeda. E um papel que se desvaloriza todos os dias. Uma nova moeda foi

colocada em operação informalmente: a cotação das ORTN. Ela tem a vantagem de adaptar-se às variações da inflação. Mas a instabilidade essencial persiste.

Um acordo dessa natureza, para quem defende a abertura ao capital estrangeiro, consolidaria o poder civil no Brasil. A curto e a médio prazos, boa parte das receitas de exportações, hoje desviadas para quitar a dívida externa e seu serviço, seria realocada no mercado interno, permitindo que o governo Sarney tivesse um espaço de manobra considerável. Ele presidiria uma sociedade afluente, ao preço de acentuar a interdependência brasileira no sistema capitalista ocidental.

As sociedades afluentes da Ásia, como Cingapura, seguiram uma trilha parecida, embora mais escancarada que a proposta em circulação no Palácio do Planalto. O presidente do PMDB e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães, já se manifestou diversas vezes contra uma abertura ao capital estrangeiro no estilo asiático. Mas seu próprio partido pode mudar de feições após as eleições de novembro. O quadro partidário que emergir das capitais estaduais, às vésperas da Assembleia Nacional Constituinte, é que definirá a alternativa viável de negociação.

A única possibilidade de sobrevivência para a indústria brasileira, numa nova abertura ao capital estrangeiro como a dos anos 50, estaria na criação de um Poder Judiciário realmente eficiente. A Suprema Corte, ainda que conservadora, é considerada competente. Daí para baixo a Justiça brasileira é cada vez pior. Entregar-lhe o destino da burguesia brasileira seria uma brincadeira cruel.